

# Parceria público-privada e a aquisição de plataformas digitais no Estado de Mato Grosso

## *Public-Private Partnership and the Acquisition of Digital Platforms in the State of Mato Grosso*

## *Asociación público-privada y la adquisición de plataformas digitales en el Estado de Mato Grosso*

Ana Lara Casagrande<sup>1</sup>

Alessandra Ferreira dos Santos<sup>1</sup>

DOI: 10.20435/serie-estudos.v30i70.2110

**Resumo:** São analisadas as plataformas digitais educacionais da rede estadual de ensino de Mato Grosso, inseridas em um contexto mais amplo de reconfiguração das relações entre o setor público e o privado na educação brasileira. A partir da década de 1990, com o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Pdrae), o modelo de gestão pública passa a ser inspirado na lógica privada, com ações de promoção da privatização direta e indireta de serviços públicos, inclusive a educação. Esta pesquisa, de natureza qualitativa e documental, examina as plataformas Plurall, *Education First* (Mais Inglês MT), Univirtus/Pré-Enem Digit@l MT, Matific e Letrus, adquiridas pela Seduc-MT como parte da política educacional estadual. Os resultados apontam para implicações na governança educacional, com intensificação de funcionalidades pedagógicas digitais, por meio da adoção de plataformas e na relação Estado-mercado. Embora juridicamente não se configurem como parcerias público-privadas nos moldes da Lei nº 11.079/2004, tais aquisições podem representar formas ampliadas de privatização. Alerta-se para os efeitos dessa tendência, especialmente no que se refere à destinação de recursos públicos, à autonomia pedagógica, à formação docente e à mercantilização dos dados educacionais.

**Palavras-chave:** parceria público-privada; plataformas digitais; Estado de Mato Grosso.

**Abstract:** The educational digital platforms in the Mato Grosso state school network are analyzed, inserted into a broader context of reconfiguration of relations between the public and private sectors in Brazilian Education. From the 1990s onward, with the State Apparatus Reform Master Plan (PDRAE), the public management model became inspired by private logic, with actions promoting the direct and indirect privatization of public services, including Education. This research, qualitative and documentary in nature, examines the platforms Plurall, *Education First* (Mais Inglês MT), Univirtus/Pré-Enem Digit@l MT, Matific, and Letrus, acquired by Seduc-MT as part of the state educational policy. The results point to implications in educational governance,

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá, Mato Grosso, Brasil.

with the intensification of digital pedagogical functionalities through the adoption of platforms and in the State-market relationship. Although they do not legally configure as public-private partnerships under the terms of Law No. 11.079/2004, such acquisitions may represent expanded forms of privatization. The study alerts to the impacts of this trend, especially regarding the allocation of public resources, pedagogical autonomy, teacher training, and the commodification of educational data.

**Keywords:** public-private partnership; digital platforms; State of Mato Grosso.

**Resumen:** Se analizan las plataformas digitales educativas en la red estatal de Enseñanza de Mato Grosso, insertadas en un contexto más amplio de reconfiguración de las relaciones entre el sector público y el privado en la educación brasileña. A partir de la década de 1990, con el Plan Director de la Reforma del Aparato del Estado (PDRAE), el modelo de gestión pública pasa a inspirarse en la lógica privada, con acciones de promoción de la privatización directa e indirecta de servicios públicos, incluida la Educación. Esta investigación, de naturaleza cualitativa y documental, examina las plataformas Plurall, Education First (Mais Inglês MT), Univirtus/Pré-Enem Digit@l MT, Matific y Letrus, adquiridas por la Seduc-MT como parte de la política educativa estatal. Los resultados apuntan a implicaciones en la gobernanza educativa, con intensificación de funcionalidades pedagógicas digitales, mediante la adopción de plataformas y en la relación Estado-mercado. Aunque jurídicamente no se configuren como asociaciones público-privadas en los moldes de la Ley nº 11.079/2004, tales adquisiciones pueden representar formas ampliadas de privatización. Se alerta sobre los impactos de esta tendencia, especialmente en lo que se refiere a la destinación de recursos públicos, autonomía pedagógica, formación docente y a la mercantilización de los datos educativos.

**Palabras clave:** asociación público-privada; plataformas digitales; Estado de Mato Grosso.

## 1 INTRODUÇÃO

Estabelecer parcerias entre o setor público e o setor privado não é algo recente no Brasil, inclusive no campo educacional. O que torna o tema atual são as reconfigurações, as reedições ao longo do tempo. Um marco importante para o caso brasileiro é a década de 1990, quando se institui uma espécie de ode à gestão do setor privado, considerando-a modelo em face da suposta ineficiência da gestão pública. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (Pdrea), formulado no primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), traz a proposta de reforma do Estado no Brasil.

Partindo do diagnóstico de uma suposta crise estrutural do Estado brasileiro, caracterizada por ineficiência, burocratização excessiva e incapacidade de resposta às demandas sociais, o referido Plano propõe uma reconfiguração profunda do aparato estatal. Suas diretrizes centrais incluem a adoção de estratégias de privatização e a transição de um modelo burocrático para um modelo de administração

pública gerencial, inspirado em princípios de eficiência, resultados e controle por desempenho (Brasil, 1995).

Observa-se um movimento de relação público-privada na rede estadual mato-grossense, a partir da pesquisa realizada por Santos, Moraes e Casagrande (2024), que indica um movimento de adoção de material produzido pelo Sistema Maxi de Ensino, vinculado ao Grupo Somos Educação, e comercialização junto ao governo do Estado de Mato Grosso. Este trabalho, então, objetiva investigar a aquisição de plataformas adotadas pela Secretaria de Estado da Educação de Mato Grosso (Seduc-MT) como um dos eixos da sua política educacional.

Estruturalmente, o texto está dividido, além desta introdução, na seção intitulada Estímulo à privatização no Brasil: o modelo ideal passa a ser o do setor privado, que aborda o contexto da reforma do Estado e o incentivo à participação do setor privado na Educação. A terceira seção, Conceitualização da parceria público-privada, caracteriza o sentido amplo de privatização e alguns instrumentos jurídicos relacionados.

O Percurso metodológico detalha a abordagem qualitativa e documental e os eixos de análise das plataformas. A seção Plataformas no Estado de Mato Grosso apresenta os dados das cinco plataformas adotadas pela Seduc-MT (Plurall, *Education First*, Pré-Enem Digit@l MT, Matific e Letrus). Por fim, há as considerações finais.

## **2 ESTÍMULO À PRIVATIZAÇÃO NO BRASIL: O MODELO IDEAL PASSA A SER O DO SETOR PRIVADO**

Considera-se que a perspectiva de redefinição do papel do Estado esteve inserida em um contexto de diagnóstico de falácia do Estado com relação à questão social, que propõem o estabelecimento de parcerias do Estado com diversos atores (setor privado, sociedade civil) para dar conta dessa questão. Sustenta-se, desse modo, que a proposta de reforma do Estado implementada no Brasil, durante a década de 1990, reflete mais um projeto ideológico de privatização do que um real compromisso com a melhoria da gestão pública.

No contexto brasileiro, então, o diagnóstico de que a crise enfrentada seria essencialmente uma crise do Estado, como propõe o Pdrae, não é consensual. Autores como Harvey (2004) e Montañó (2008) defendem uma leitura distinta,

segundo a qual a crise não é do Estado em si, mas sim uma manifestação de uma crise inerente ao próprio processo de acumulação capitalista.

A partir da concepção de que o Estado brasileiro seria ineficiente e disfuncional, ganha força a ideia de que os serviços públicos, entre eles a Educação, devem ser reorganizados sob a lógica da produtividade (Peroni, 2003). Nesse cenário, como observa a autora, ocorre um deslocamento do foco educacional para a busca de maior eficiência e eficácia, o que se traduz em políticas que enfatizam a descentralização de responsabilidades e a terceirização de serviços, em um processo de desresponsabilização do Estado (Peroni, 2003).

Na perspectiva de um Estado ineficiente, em crise, o Pdrae propõe que ele atue, no plano econômico, como “essencialmente um instrumento de transferências de renda” (Brasil, 1995, p. 12). No caso da educação, significa dizer que o governo deveria financiar as escolas, e não administrá-las.

Essa ideia aparece na solução apresentada por organismos internacionais, especialistas, partidos políticos e governos, materializada em diferentes contextos, especialmente de duas maneiras: “[...] o financiamento às escolas segundo a matrícula de cada uma, ou o subsídio às famílias (*voucher*) para que estas paguem as taxas da educação de seus filhos nas escolas de sua escolha” (Cosse, 2003, p. 208).

A proposta do *voucher*, ou vale, envolve o repasse de um valor financeiro diretamente às famílias, permitindo que elas escolham e matriculem seus filhos em instituições privadas de ensino. Já o modelo de *charter school* direciona o financiamento público para as próprias escolas, com base no número de matrículas realizadas (Cosse, 2003). Friedman (1984), defensor do vale, argumenta que ela promove uma maior liberdade de escolha para as famílias no sistema educacional.

Friedman (1984) defendia que o Estado desse um vale anual por filho, permitindo que os pais escolhessem escolas privadas, enquanto o governo ficaria responsável apenas por garantir padrões mínimos de qualidade. Para o autor, a “[...] desnacionalização das escolas daria maior espaço de escolha aos pais” (Friedman, 1984, p. 47).

Contrariamente, Cosse (2003, p. 214) defende que “[...] a atribuição de liberdade de escolha ao mercado é ilusória”, pois um número maior de crianças não significa sempre uma vantagem para a escola, e se a capacidade física da mesma estiver toda ocupada, o custo de mais um aluno pode ser superior ao valor proveniente do seu *voucher*.

Há também, segundo Cosse (2003), impedimentos geográficos para a livre escolha das famílias, além do poder de deslocamento das famílias na zona urbana, os sistemas de livre escolha seriam ineficazes em zonas rurais ou de baixa concentração populacional. De maneira que a proposta do *voucher* estaria relacionada diretamente à transferência da oferta de educação para o mercado.

A proposta do *charter school*, por seu turno, apresenta uma “[...] noção de ‘quase-mercado’ que, tanto do ponto de vista operativo, quanto conceitual, diferencia-se da alternativa de mercado propriamente dita” (Souza; Oliveira, 2003, p. 877), pois essas escolas fortaleceriam o controle social sobre os serviços educacionais, promovendo supostas melhorias por meio da participação da comunidade e da possibilidade de os estudantes migrarem para outras instituições.

Souza e Oliveira (2003) argumentam que a proposta parte de uma suposição de indução de melhorias no sistema educacional, funcionando, na essência, como um mecanismo para aplicar à educação pública os princípios e valores característicos da iniciativa privada. O *voucher* e o modelo *charter school* apresentam inúmeros problemas, como Cosse (2003, p. 220) mostra com o exemplo do Chile, sendo categórico ao afirmar que houve “[...] a piora do sistema educativo”.

Uma atualização nos modos de privatização dar-se-ia, segundo Adrião e Domiciano (2020), pelas plataformas digitais privadas. As autoras destacam aspectos relacionados às aquisições de tais plataformas, especialmente no que diz respeito à coleta e ao uso de dados pessoais, com ênfase na *Google*, que disponibiliza gratuitamente ferramentas digitais em escala global.

Elas alertam para o fato de que essa lógica pode estar vinculada a um novo *modus operandi* do capitalismo, no qual elementos subjetivos, como desejos, preferências e incertezas, são capturados por algoritmos especializados e convertidos em mercadorias, tornando-se passíveis de monetização. Essa dinâmica configura uma forma indireta de privatização da educação (Adrião; Domiciano, 2020).

### 3 CONCEITUALIZAÇÃO DA PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA

O termo parceria é empregado neste trabalho, considerando a definição de Regules (2006, p. 113), como a “[...] reunião de esforços entre o Poder Público e o setor privado para a concretização de objetivos de interesse público, a partir de iniciativas legislativas”.

Apesar de Pereira (2006, p. 263) afirmar que “[...] a expansão da esfera pública não-estatal proposta não significa em absoluto a privatização de atividades do Estado”, pode-se considerar como tal se tomar o termo privatização mais amplamente, como Di Pietro (2005) o estabelece. Para a autora, o termo, visto de maneira ampla, incorpora todas as ações que visam “[...] reduzir a atuação estatal e prestigiar a iniciativa privada, liberdade de competição e os modos privados de gestão das atividades sociais e das atividades econômicas a cargo do Estado” (Di Pietro, 2005, p. 26).

Isso posto, nota-se uma concepção ampliada de privatização, além da transferência de gestão efetiva, como ocorreu no caso da empresa de telefonia no Brasil, a antiga Telebrás, em 29 de julho de 1998, por meio de leilão na bolsa de valores do Rio de Janeiro. Tal concepção abrange de modo geral a entrada do setor privado no público e comumente com a utilização de recursos públicos. Logo, as formas

[...] de parceria com o setor privado, inclusive a parceria público-privada, constituem formas de privatizar; e que a própria desburocratização proposta para algumas atividades da Administração Pública também constitui instrumento de privatização (Di Pietro, 2005, p. 26).

Indica-se que o termo parceria engloba também outros instrumentos, como o convênio. Regules (2006, p. 114) afirma que: “As formas de ‘parceria’, como o convênio, [...] integram os mecanismos de participação da comunidade na consecução e iniciativas de interesse público”. É importante reiterar que a aquisição das plataformas pela Seduc-MT não se enquadra como parceria público-privada sob o aspecto jurídico do termo, uma vez que, nesse contexto legal, o conceito se refere especificamente às modalidades de Concessão Patrocinada e Concessão Administrativa, previstas na Lei Federal nº 11.079 (Brasil, 2004), que estabelece normas gerais para licitação e contratação de parcerias público-privadas na administração pública (Bezerra, 2008).

Outro instrumento é o termo de convênio, regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Di Pietro (2005, p. 246) o define como “um dos instrumentos de que o Poder Público se utiliza para associar-se quer com outras entidades públicas, quer com entidades privadas” em um “acordo de vontades”, ou seja, com a finalidade de obter um resultado comum, ao contrário do contrato, por exemplo. Como o convênio pressupõe “partícipes com as mesmas intenções”, não é necessário prévio processo licitatório (Di Pietro, 2005, p. 247).

Com relação ao convênio entre entidades públicas e privadas, Di Pietro (2005) afirma que ele é possível enquanto modalidade de fomento, e não como forma de delegação de serviços. Nela, a autora explica que o Estado não executa diretamente a atividade e incentiva a iniciativa privada a realizá-la, oferecendo apoio como subsídios, financiamentos ou benefícios fiscais, quando se trata de ações consideradas de interesse coletivo (Di Pietro, 2005).

Na Educação Infantil, por exemplo, as parcerias com o setor privado são historicamente consolidadas, especialmente com instituições que se declaram sem fins lucrativos. Vale ressaltar que se trata, ainda assim, de organizações privadas. Sobre custos, Pinto (2007) afirma que o atendimento em creches e pré-escolas públicas é mais caro porque oferece um padrão de qualidade muito superior, o que naturalmente eleva os custos.

#### **4 PERCURSO METODOLÓGICO**

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, de natureza documental e analítico-descritiva, orientada à compreensão da platformização das políticas educacionais no âmbito da rede estadual de ensino de Mato Grosso. Entende-se a pesquisa qualitativa como apropriada para interpretar sentidos e descrever práticas em contexto, priorizando a inteligibilidade do fenômeno (Gil, 2008).

O recorte analítico foi definido por critérios de relevância, adesão à política do Sistema Estruturado de Ensino de Mato Grosso (SEE-MT) e às diretrizes do Plano Estadual de Recomposição da Aprendizagem 2023 (Mato Grosso, 2023a). Incluíram-se as plataformas oficialmente disponibilizadas pela Seduc-MT (Plurall, *Education First* “Mais Inglês MT”, Projeto Pré-Enem Digit@l MT, Matific e Letrus).

A análise considerou documentos e comunicações oficiais publicados entre dezembro de 2021 e outubro de 2025, período que cobre a contratação e a implementação do Sistema SEE-MT e a consolidação do uso das plataformas na rede.

A análise documental envolveu a identificação de fontes, exame do contexto de produção, objetivos e conteúdo e sistematização de informações relevantes ao problema de pesquisa (Cellard, 2008). Assim, a incorporação das plataformas na rede é vista como expressão de arranjos de cooperação Estado-mercado, sob a ótica de parcerias.

Para cada plataforma, foram extraídos e categorizados os conjuntos de informações: (I) público-alvo, etapa de escolaridade e finalidade; (II) promessas

de serviços (modelo de ensino/aprendizagem e formas de mediação); (III) funcionalidades/monitoramento; (IV) modos de articulação curricular e avaliações. Os procedimentos consistiram em: (a) busca e seleção de documentos e análise das plataformas digitais; (b) análise descritiva das plataformas e extração dirigida segundo os seis eixos. Em termos de limites, trata-se de uma análise documental, e os achados dizem respeito às arquiteturas, funcionalidades, prescrições de uso e sentidos de política atribuídos nos materiais oficiais.

## 5 PLATAFORMAS NO ESTADO DE MATO GROSSO

No Brasil, multiplicam-se as experiências de uso de plataformas educacionais baseadas em métricas e acompanhamento de resultados. Neste artigo, são descritas e analisadas as plataformas oficialmente disponibilizadas pela rede estadual de Mato Grosso, escolhida por representar um caso de implementação articulada às diretrizes da política educacional estadual (Mato Grosso, 2023a).

Quadro 1 – Plataformas Seduc/MT (síntese descritiva)

Plataforma	Responsável	Público-alvo	Foco	Recursos
<i>Plurall</i>	Grupo Somos Educação	Toda a rede estadual (EI ao EM)	Integra o Sistema Estruturado de Ensino; conteúdos, cadernos e atividades com painel de gestão.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Cadernos digitais, atividades e simulados;</li> <li>– Painéis de gestão e relatórios;</li> <li>– Integração com comunicação escolar.</li> </ul>
<i>Education First</i> (Mais Inglês MT)	<i>Education First</i>	Todos (rede estadual)	Língua Inglesa; trilhas; progresso.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Atividades multimodais e prática guiada;</li> <li>– Relatórios de progresso (estudante/turma);</li> <li>– Reconhecimento de níveis.</li> </ul>
Univirtus/ Pré-Enem Digit@l MT	Grupo Uninter	Ensino Médio (3º ano/EJA)	Preparação Enem; aulas e simulados; diagnóstico.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Videoaulas e materiais de revisão;</li> <li>– Simulados com relatórios diagnósticos;</li> <li>– Integração ao Projeto Pré-Enem Digit@l MT.</li> </ul>



<i>Matific</i>	<i>Slate Science Technologies Pty</i> LTDA.	5º ao 9º ano do EF	Matemática gamificada e personalização.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Atividades interativas com feedback imediato;</li> <li>– Acompanhamento em tempo real (estudante/turma);</li> <li>– Planos de aula e trilhas de remediação.</li> </ul>
<i>Letrus</i>	Centro de Autoria e Cultura LTDA. Brasil	Anos finais do EF e EM	Escrita e revisão e reescrita.	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Propostas por gênero textual;</li> <li>– Devolutivas com critérios explícitos;</li> <li>– Acompanhamento da evolução individual.</li> </ul>

Fonte: autoria própria (2025).

Vê-se que a Rede Estadual de Ensino Mato-Grossense conta com diversas plataformas educacionais (Quadro 1). A Plurall atende toda a rede, da Educação Infantil ao Ensino Médio, integrando o SEE-MT. A *Education First* (Mais Inglês MT) é voltada para o ensino de Língua Inglesa a todos os estudantes da rede estadual, oferecendo trilhas de aprendizagem. A Univirtus/Pré-Enem Digit@l MT é direcionado aos alunos do 3º ano do Ensino Médio e da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com foco na preparação para o Enem. A plataforma Matific, destinada aos estudantes do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental, trabalha a Matemática de forma gamificada. Por fim, a Letrus atende aos anos finais do Ensino Fundamental e o Ensino Médio, com foco no desenvolvimento da escrita. Tais plataformas são fruto de iniciativas de empresas nacionais e internacionais que atuam em parceria com governos, como o caso de Mato Grosso. Na sequência, cada uma será explorada.

## 6 PLURALL

A Plurall é uma plataforma digital educacional do Grupo Somos Educação que unifica, em um ambiente virtual de aprendizagem, os perfis de estudantes, docentes, gestores e famílias, com acesso autenticado via web e aplicativos móveis. Em operação desde 2014, integra conteúdo das editoras e sistemas de ensino da Somos Educação (Plurall, 2025).

Algumas funcionalidades, como os livros digitais, também estão disponíveis para pessoas que têm livros didáticos das editoras Ática, Scipione, Saraiva e Atual

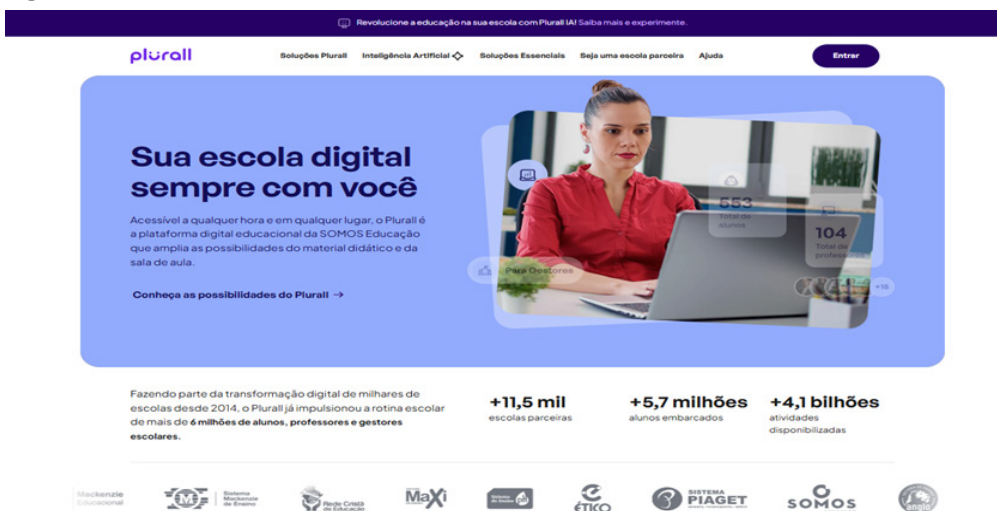
com um código de acesso do Plurall. Para acessar o Plurall, é necessário que a escola seja parceira da SOMOS. É importante saber que o cadastro na plataforma é realizado pela escola. Após a realização do cadastro, o Plurall pode ser acessado por meio do celular ou tablet, aplicativo ou pelo computador, via web, com o link de acesso. Na rede estadual, o acesso é autenticado via [login.plurall.net](https://login.plurall.net).

A interface da Plurall é estruturada em dois eixos: o de estudo, que oferece conteúdos digitais e atividades com relatórios personalizados; e o de acompanhamento, que disponibiliza dados de participação e desempenho por estudante, turma e disciplina. Ela incorpora três assistentes baseados em IA orientados por conteúdos de referência do Grupo Somos. O Plu Assistente Inteligente do Professor realiza buscas ancoradas no material didático e automatiza tarefas, como criação de planos de aula, questões, listas, resumos, apresentações e vídeos. Para estudantes, gera listas e planos de estudo, conceitos-chave, glossários e respostas a dúvidas de conteúdo. O Assistente de Ajuda é um chat que guia o uso das funcionalidades com base no perfil e nas adoções da escola, permitindo abertura de chamados (Plurall, 2025).

Na Plurall, é oferecido um ambiente de avaliações com recursos anticola, como cronômetro e Sala Monitorada, que envia alerta, garantindo a integridade acadêmica. Inclui simulados do Enem e vestibulares (como o da Universidade de Brasília [UnB], entre outros) com correção. O Ensino Adaptativo personaliza atividades com base no desempenho do aluno, enquanto o Estudo Orientado fornece exercícios com correção imediata. O módulo Dúvidas permite perguntas anônimas. Para gestão, o Painel centraliza dados pedagógicos e administrativos, e o Plurall Família apoia a comunicação com recursos como carteirinha digital, registros e agenda on-line (Plurall, 2025).

A Plurall dá suporte às aulas síncronas via integração com o Google Meet (até 100 participantes), oferecendo controles docentes como bloqueio de chat, restrição de tela e agendamento por turma/disciplina. Além disso, inclui soluções como Redação Nota 1000 (prática e correção on-line com feedback detalhado), Plurall Olímpico (preparo para olimpíadas com repositório de provas e vídeos) e PROFS (formação continuada com cursos e espaços colaborativos).

Figura 1 – Interface da Plataforma Plurall 2025



Fonte: Plataforma *Plural* 2025.

No contexto mato-grossense, a adoção do Plurall pela Seduc-MT está vinculada ao Sistema SEE-MT, contratado em dezembro de 2021, fornecido pela Fundação Getulio Vargas (FGV), cujo desenho inclui material apostilado, plataforma digital, aplicativo e avaliações, e implantada a partir de 2022 na rede (Leão, 2021). Em fevereiro de 2022, a Seduc-MT iniciou a entrega das apostilas a 703 escolas, reafirmando que o SEE-MT integra plataforma digital ao material didático (Mato Grosso, 2022a).

Em outubro de 2022, a agenda do 2º Encontro com as Coordenadorias contou com a apresentação da Plataforma Plurall e suas funcionalidades, evidenciando o processo de formação e *onboarding* para uso da plataforma. No ano seguinte, o Plano Estadual de Recomposição da Aprendizagem consolidou o Plurall como um dos eixos do Sistema SEE-MT, indicando que os resultados das avaliações (2022-2023) podem ser acessados na plataforma, com relatórios por turma e por etapa (Mato Grosso, 2022a, 2023b,).

Quanto à abrangência, há evidência de uso no Ensino Fundamental (1º ao 9º ano) e Ensino Médio: reportagem oficial descreve que estudantes da Escola Estadual Senador Filinto Müller usam efetivamente a Plataforma Plurall.net (Mato Grosso, 2022a). O Plano de 2023 também menciona acesso a relatórios por etapa,

incluindo a EJA, na própria Plurall (Mato Grosso, 2022b). O provedor informa cobertura da Educação Infantil ao Ensino Médio (Plurall, 2025).

A Plurall passa a ser efetivamente utilizada na rede estadual mato-grossense em 2022, articulada ao Sistema SEE-MT. Entre 2022 e 2023, ocorre a formação inicial e a integração de dados avaliativos na plataforma. Entre 2022 e 2025, observa-se a integração operacional com a *Education First* no programa Mais Inglês MT, com Univirtus no Pré-Enem Digit@l MT e com Matific e Letrus, conforme Figura 2 (Mato Grosso, 2022a, 2022b, 2023a; Matos, 2023, 2025).

Figura 2 – Tela inicial do Plurall na Seduc-MT em 2025

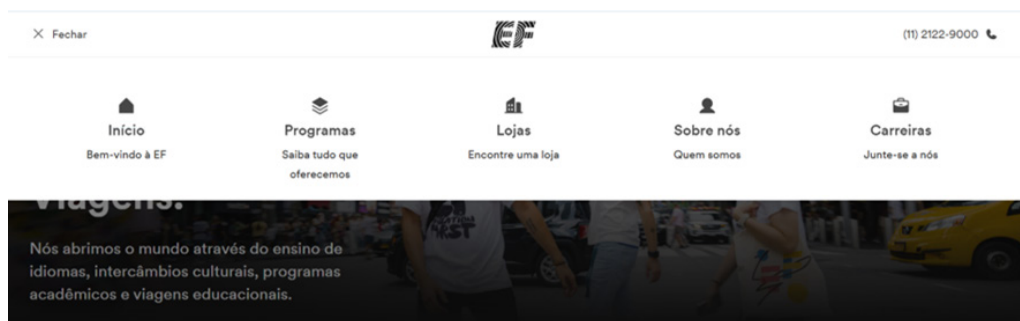


Fonte: Plataforma Plural Seduc-MT 2025.

## 6.1 Education First (Mais Inglês MT)

A *Education First* é uma organização internacional de Educação, fundada em 1965, cuja atuação se distribui em quatro frentes: aprendizagem de idiomas, intercâmbio cultural, viagens educacionais e programas acadêmicos. A interface pública do seu portal reúne eixos como Início, Programas, Lojas, Sobre nós e Carreiras, refletindo esse portfólio que combina soluções digitais e escolas presenciais (por exemplo, *EF High School Exchange Year*) (EF [...], 2025).

Figura 3 – Plataforma *Education First*



Fonte: Plataforma *Education First* 2025.

Em 26 de janeiro de 2022, a Seduc-MT anunciou a inclusão de Língua Inglesa na matriz dos anos iniciais do Ensino Fundamental e a contratação da *Pearson Education do Brasil* (materiais pedagógicos) e da *EF (English First)* para suporte digital, com investimento de R\$ 14 milhões e publicação no Diário Oficial. O cronograma priorizou o corpo docente: o acesso à plataforma seria disponibilizado primeiro aos professores, com formação continuada e notificação por e-mail, alcançando cerca de mil docentes; em seguida, o acesso seria estendido aos estudantes ao longo do ano letivo (Cruz, 2022).

Para o Ensino Médio, a rede passou a utilizar a plataforma *English Live* da mesma empresa como complemento às aulas, com teste de nivelamento e atividades de compreensão auditiva e escrita. Os professores também receberam acesso 24 horas para trilhas formativas com exercícios de fala, escrita e audição e aulas ao vivo com docentes nativos (Mato Grosso, 2022a).

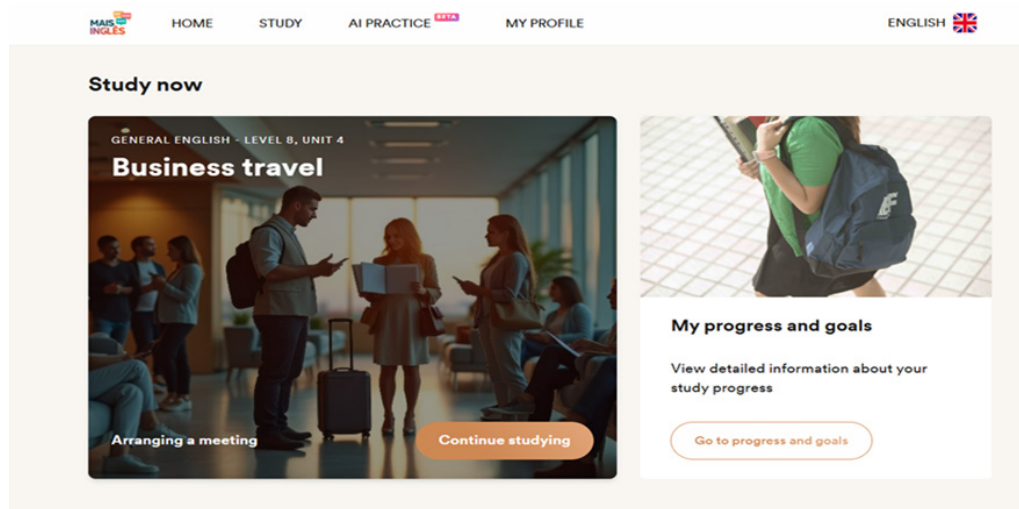
O Mais inglês MT está inserido na Política de Línguas Estrangeiras (Mato Grosso, 2022b), que integra as ações do Programa Educação 10 Anos, cujo compromisso é ofertar “[...] uma educação de excelência, em todas as etapas de ensino, transformando a rede estadual de educação em uma das cinco melhores do país até 2032” (Mato Grosso, 2022b, p. 7). O objetivo anunciado do Mais inglês MT é promover uma educação em línguas estrangeiras nos eixos de oralidade, leitura, escrita, conhecimentos linguísticos e dimensão intercultural.

No desenho pedagógico, o primeiro acesso do estudante é precedido por teste de nivelamento, que personaliza a trilha de aprendizagem. Em 2025, a Seduc-MT divulgou atualização da plataforma com seis idiomas (inglês, espanhol, francês,

alemão, sueco e português como L2), organizados em 16 níveis A-C1, conforme o Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas (QECR), com metas de lições e certificados para docentes e estudantes (Mato Grosso, 2025a).

Para a formação docente, o Plano de Formação 2023 explicita a Formação Plataforma Mais Inglês-MT, com meta B2 até 2024, plataforma on-line com 16 níveis disponíveis por 24 horas e participação em aulas ao vivo (Matos, 2023). A internacionalização é promovida pelo Programa MT no Mundo, com editais que exigem TOEIC ou certificado da *EF Education First*, e a realização da terceira edição do programa em 2025 (Matos, 2023; Alves, 2025). A Figura 4 demonstra a interface do Mais Inglês da rede estadual na Plurall.

Figura 4 – Plataforma *Education First* (Mais Inglês-MT) Seduc-MT 2025



Fonte: Plataforma Education First (Mais Inglês MT) 2025.

## 6.2 Univirtus Pré-Enem Digit@l MT

O *Pré-Enem Digit@l MT* surge como estratégia de reforço à preparação dos estudantes da rede estadual para o Enem, com início de aulas de Literatura, Gramática e Redação (TV Assembleia e YouTube) e planejamento de ampliação de conteúdos a partir de agosto de 2021. O projeto combinou transmissões e encontros presenciais semanais em 15 polos da Diretoria Regional de Educação

do MT (DRE), além de podcasts e materiais digitais, explicitando um desenho híbrido desde a origem (Cesar, 2021). Em 2023, o programa consolida um material pedagógico integrado (Coleção Enem/Pré-vestibular) com 16 livros (12 por componentes curriculares e 4 de simulados), seções de questões anteriores com gabaritos e videoaulas acessadas por QR Code, visando recompor aprendizagens pós-pandemia e orientar o estudo autônomo dos(as) estudantes (Mato Grosso, 2023b).

Na governança do projeto, a Seduc-MT organiza um Processo Seletivo Simplificado (PSS) específico para docentes e coordenação. Esse processo é articulado pela Coordenadoria do Ensino Médio (Coem), pela Superintendência de Educação Básica (Sueb), ligada à Secretaria Adjunta de Gestão Educacional (SAGE), e pelas DREs. O projeto define carga horária por polo e atribuições detalhadas, o que evidencia a institucionalização do Pré-Enem no escopo das políticas para o Ensino Médio (Mato Grosso, 2023b).

Em 2025, o Serviço Pré-Enem informa a incorporação de gamificação, parcerias estratégicas, aulas/palestras, acesso presencial e on-line (login via Plurall com e-mail institucional), mantendo foco em estudantes do 2<sup>a</sup> e 3<sup>a</sup> ano do Ensino Médio e EJA (Soares, 2025; Mato Grosso, 2025b). Há, ainda, aulas itinerantes em polos da DRE e oferta de aulas aos sábados, ampliando capilaridade e engajamento.

O ambiente da página inicial apresenta cabeçalho com a identidade visual do programa e logomarcas institucionais, além do bloco Simulado Pré-Enem Digital (exemplo: Dia 1— Linguagens e Ciências Humanas, data e horário), que funciona como ponto de acesso para inscrição/realização dos simulados (Figura 5).

Figura 5 – Página inicial do Pré-Enem Digit@l MT na Plurall 2025



Fonte: Plataforma Pré-Enem Digit@l MT 2025.

A navegação apresenta dois conjuntos de volumes (Figura 6), organizados por áreas de estudo em cartões clicáveis: Ciências Humanas e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Linguagens e Códigos e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias e Redação do Enem. Essa organização torna visível a trilha por área e integra, no mesmo ambiente, a preparação por conteúdo e a avaliação por simulado.

Figura 6 – Seleção por áreas de estudo (Ciências Humanas, Ciências da Natureza, Linguagens, Matemática e Redação)



Fonte: Plataforma Pré-Enem Digit@l MT 2025.



Na aba “Meus cursos”, o estudante encontra um Resumo dos cursos, com ferramentas de filtro, busca, ordenação e alternância lista/grade. Cada curso aparece em cartões com imagem, título da aula, componente curricular/frente e percentual de progresso.

## **7 MATIFIC**

A Matific é uma plataforma direcionada à matemática, com atividades interativas para crianças de 4 a 12 anos. Ela tem como base a gamificação, isto é, o uso da lógica dos games, como sistemas de pontuação, missões e recompensas. A proposta pedagógica combina gamificação com um caminho de aprendizagem sustentado por atividades interativas e devolutivas imediatas ao estudante. Informa cobertura em mais de 50 idiomas e 70 países, milhares de atividades e bilhões de problemas resolvidos, além de uma base superior a quatro milhões de estudantes no Brasil (Pacheco, 2022).

Estudos reportados pela própria plataforma indicam ganho de desempenho de 34%, recomendação docente de 89% e aumento de 31% no interesse dos estudantes. A arquitetura pedagógica se organiza em cinco princípios: compreensão conceitual, pensamento crítico, contexto significativo, aprendizagem personalizada e participação intrínseca. A solução é multiplataforma (web e aplicativos) e oferece trilhas, relatórios e materiais de apoio para docentes, gestores, responsáveis e estudantes (Pacheco, 2022).

No contexto mato-grossense, a parceria foi anunciada em 11 de junho de 2024 para apoiar a aprendizagem de Matemática nos anos finais do Ensino Fundamental (5º ao 9º), com uso de percurso adaptativo, incluindo mais de três mil atividades, mais de 600 planos de aula e relatórios de desempenho. Segundo a Seduc-MT, a plataforma foi liberada para docentes e estudantes da rede, como demonstrado na Figura 7 (Consed, 2024), que demonstra o perfil da interface dos docentes.

Figura 7 – Painel inicial da Matific (perfil docente)



Fonte: Plataforma *Matific* 2025.

A Seduc-MT ofereceu formação de 10 horas sobre o uso da Matific para aprendizagem de Matemática, na modalidade autoinstrucional, via Ambiente de Aprendizagem e Desenvolvimento Profissional (Avadep), com conteúdo curado pela Sage/Seduc-MT. A abordagem assíncrona incluiu leituras, vídeos e estudos complementares, visando capacitar docentes no uso da plataforma e da gamificação. A ementa integrou aspectos do uso da plataforma, atividades e relatórios. A certificação exigiu aprovação em questionário, pesquisa de satisfação e conclusão no Avadep (Mato Grosso, 2024a).

## 8 LETRUS

A Letrus integra inteligência artificial (IA) para desenvolver leitura e escrita nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio. Sua abordagem é baseada em dados, com foco em alto engajamento discente e em dar mais liberdade ao docente por meio de acompanhamento em tempo real, reduzindo o tempo de correção e ampliando o foco em sala de aula.

Para estudantes, a plataforma promete devolutivas imediatas, comentários e notas por competência e por texto, critérios avaliativos transversais aos gêneros, repertório alinhado ao Enem e vestibulares, além de controles automáticos para plágio, fuga ao tema e ao gênero textual. Já para os docentes, disponibiliza

relatórios de desempenho, acompanhamento das atividades, conteúdo alinhado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), indicadores de engajamento por turma e por estudante, visão por competência e média da turma (Letrus, 2025).

Para os gestores, a plataforma Letrus (2025) reúne painéis de monitoramento da rede com dados de performance e engajamento, informações de evolução da aprendizagem, mecanismos de governança da avaliação e assessoria pedagógica para implementação e engajamento do programa. A Letrus proporciona um ciclo de escrita (preparação, produção, devolutivas e análise de resultados) e acompanhamento contínuo das produções.

Nos anos de 2024 e 2025, a Seduc-MT, em parceria com a plataforma Letrus, implementou uma sequência de programas de formação continuada por meio do Avadep. A primeira, em 2024, foi direcionada aos docentes de Língua Portuguesa do 9º ano do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, com uma carga horária de 14 horas. Seus objetivos focaram na apresentação do programa, na orientação sobre o uso de relatórios e no compartilhamento de práticas pedagógicas (Mato Grosso, 2024b). Nota-se que não é apenas uma plataforma, mas um ecossistema educacional formado pelo digital que as empresas oferecem, com influência na formação docente.

Na sequência, a formação evoluiu para um curso autoinstrucional de 20 horas, visando o uso da plataforma por meio de módulos. O sistema de avaliação era padronizado e exigia a aprovação em um questionário de 10 itens, com uma avaliação de retomada e pesquisa de satisfação para a certificação final, emitida pela Seduc-MT (Mato Grosso, 2025a).

Essa plataforma orienta o estudante quanto à elaboração e à revisão do texto, destacando boas práticas, como salvar rascunhos antes do envio, planejar as partes da redação e buscar apoio do professor para interpretar devolutivas (Letrus, 2025). A Figura 8 apresenta a interface da plataforma Letrus para os estudantes.

Figura 8 – Plataforma *Letrus*: inteligência artificial (IA) personificada em Cícero

Fonte: Plataforma Letrus 2025.

Nela, a IA é utilizada como recurso de apoio, personificada no *Cícero*. O exemplo destacado na interface ilustra essa proposta ao convidar o estudante a praticar a competência 5. Esta competência exige uma proposta de intervenção para o problema abordado que respeite os direitos humanos, um requisito específico das cinco competências cobradas na redação do Enem (Brasil, 2019).

## 9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise crítica da adoção de plataformas digitais educacionais pela rede estadual de ensino de Mato Grosso revela um fenômeno que ultrapassa a simples modernização tecnológica. A multiplicidade de plataformas, *Plurall*, *Education First*, *Univirtus/Pré-Enem Digit@l MT*, *Matific* e *Letrus*, não pode ser compreendida de forma isolada, mas como parte de uma perspectiva mais ampla de papel do Estado na oferta educacional.

Considera-se esse movimento inserido em um contexto histórico de estímulo à privatização, que passou a considerar o setor privado como modelo ideal de gestão, em detrimento da administração pública direta, considerada ineficiente. Embora juridicamente essas aquisições não se enquadrem nas modalidades formais de parcerias público-privadas previstas na Lei n. 11.079 (Brasil, 2004), elas representam formas de entrada do setor privado no campo educacional e um eixo forte na política educacional. Tendo em vista os limites deste estudo, recomenda-se que mais investigações científicas sejam realizadas, de modo a permitir o aprofundamento na dimensão dos efeitos/desdobramentos dessas plataformas para a educação mato-grossense.

A transferência de recursos públicos para empresas privadas (com ou sem fins lucrativos), a terceirização de funções pedagógicas e a dependência de tecnologias externas pode ser indício da mercantilização da educação pública e da privatização indireta (ou em sentido ampliado). Além disso, a coleta e o uso de dados educacionais por plataformas privadas, muitas vezes sem transparência suficiente, introduzem novas camadas de controle e vigilância, que influenciam diretamente a autonomia docente e a privacidade dos estudantes.

A promessa de inovação por meio das plataformas digitais pode mascarar a necessidade de investimento nas estruturas públicas e a naturalização da presença do setor privado como agente indispensável na formulação e na execução das políticas educacionais. Assim, a adoção das plataformas digitais pela Seduc-MT é compreendida como um emblema contemporâneo da parceria público-privada e como expressão de um projeto ideológico de redefinição dos contornos da educação pública no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; DOMICIANO, Cassia Alessandra. Novas formas de privatização da gestão educacional no Brasil: as corporações e o uso das plataformas digitais. *Retratos da Escola*, Brasília, v. 14, n. 30, p. 668-684, 2020. DOI: <https://doi.org/10.22420/rde.v14i30.1223>

ALVES, Rayane. Estudantes selecionados no programa MT no Mundo já têm data marcada para embarque. *Seduc-MT*, Cuiabá, 22 jul. 2025. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/w/estudantes-selecionados-no-programa-mt-no-mundo-j%C3%A1-t%C3%AAm-data-marcada-para-embarque>. Acesso em: 18 out. 2025.

BEZERRA, Egle Pessoa. *A parceria público-privada nos municípios de Brotas e Pirassununga: estratégias para o atendimento da educação infantil?* 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Rio Claro, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Conheça as cinco competências cobradas na redação do Enem. *Portal MEC*, Brasília, 2019. Disponível em: <https://portal.mec.gov.br/rede-e-tec-brasil/rede-e-tec-brasil-proedu/418-noticias/enem-946573306/81381-conheca-as-cinco-competencias-cobradas-na-redacao-do-enem>. Acesso em: 19 out. 2025.

BRASIL. Lei n. 11.079 de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 2004.

BRASIL. Ministério da Administração e Reforma do Estado. *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, DF: Presidência da República, 1995.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* (Org). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CESAR, Fábio. Inscrições para o Enem são abertas e estudantes de MT têm reforço nos estudos. *Rondon em Foco*, Rondonópolis, 30 jun. 2021. Disponível em: <https://www.rondonemfoco.com.br/noticia/23525/inscricoes-para-o-enem-sao-abertas-e-estudantes-de-mt-tem-reforco-nos-estudos>. Acesso em: 18 out. 2025.

CONSED. Educação potencializa aprendizagem de matemática com plataforma gamificada. *CONSED*, Brasília, 11 jun. 2024. Disponível em: <https://consed.org.br/noticia/seduc-mt-potencializa-aprendizagem-de-matematica-com-plataforma-gamificada>. Acesso em: 18 out. 2025.

COSSE, Gustavo. Voucher educacional: nova e discutível panaceia para a América Latina. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 118, p. 207-246, mar. 2003.

CRUZ, Rebeca. Estudantes da rede estadual terão aulas de inglês a partir do 1º ano do ensino fundamental. *Seduc-MT*, Cuiabá, 26 jan. 2022. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/-/18811969-estudantes-da-rede-estadual-terao-aulas-de-ingles-a-partir-do-1-ano-do-ensino-fundamental>. Acesso em: 18 out. 2025.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Parcerias na Administração Pública*: concessão, permissão, franquia, terceirização, parceria público-privada e outras. São Paulo: Ed. Atlas, 2005.

EF-Education First. *Belta*, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.ef.edu/>. Acesso em: 18 out. 2025.

FRIEDMAN, Milton. *Capitalismo e Liberdade*. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HARVEY, David. *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LEÃO, Natália. Governo firma contrato com a FGV e implementa método de ensino inovador na rede estadual. *Seduc-MT*, Cuiabá, 10 dez. 2021. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/-/18586235-governo-firma-contrato-com-a-fgv-e-implementa-metodo-de-ensino-inovador-na-rede-estadual>. Acesso em: 18 out. 2025.

LETRUS. Letrus: tecnologia educacional. *Letrus*, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.letrus.com/>. Acesso em: 18 out. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Plano de ensino formações AVA-DEP*. Cuiabá: Seduc/MT, 2025a. Disponível em: [https://ava.seduc.mt.gov.br/pluginfile.php/1093477/customfield\\_textarea/value/4707/pe%20forma%c3%a7%c3%a3o%20letrus.pdf](https://ava.seduc.mt.gov.br/pluginfile.php/1093477/customfield_textarea/value/4707/pe%20forma%c3%a7%c3%a3o%20letrus.pdf). Acesso em: 18 out. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Serviços: Pré-Enem. *Seduc-MT*, Cuiabá, 2025b. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/web/seduc/servicos?c=70665304&e=70716474>. Acesso em: 18 out. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Plano de Curso*: o uso da plataforma de jogos gamificados - Matific no processo de aprendizagem da Matemática. Cuiabá: Seduc-MT, 2024a. Disponível em: <https://ava.seduc.mt.gov.br/pluginfile.php/874910/course/summary/PLANO%20DE%20CURSO%20-%20MATIFIC%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. Ementa – Identificação do curso. Curso: Formação Pedagógica do Programa Letrus- Professores. *Seduc*, Cuiabá, 2024b. Disponível em: <https://ava.seduc.mt.gov.br/pluginfile.php/851354/course/summary/Ementa%20da%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20de%20Professores%20do%20Programa%20Letrus.docx.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Plano Estadual de Recomposição da Aprendizagem 2023*. Cuiabá: Seduc-MT, 2023a. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/31087228/Plano+Estadual+de+Recomposi%C3%A7%C3%A3o+da+Aprendizagem.pdf/2efb54d0-8e98-727c-5a7b-c83d4e87fb79?t=1678829433233>. Acesso em: 18 out. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Apresentação Pré-Enem 2023*. Cuiabá: Seduc-MT, 2023b. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/documents/8125245/28611361/Apresenta%C3%A7%C3%A3o+Pr%C3%A9-Enem+2023.pdf/e920b0f5-49c5-1a8f-e2d4-b7f7c72936c5?t=1684184766857>. Acesso em: 18 out. 2025.

MATO GROSSO. Secretaria de Estado de Educação. *Apresentação da Plataforma Plurall e suas funcionalidades*. Cuiabá: Seduc/MT, 2022a.

MATO GROSSO. Decreto n. 1.497, de 10 de outubro de 2022. Dispõe sobre o Programa Educação – 10 Anos, no âmbito do Estado de Mato Grosso. *Leis estaduais*, Cuiabá, 13 out. 2022b. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/mt/decreto-n-1497-2022-mato->

grosso-dispoe-sobre-a-programa-educacao-10-anos-no-ambito-do-estado-de-mato-grosso. Acesso em: 18 out. 2025.

MATOS, Rui. Seduc atualiza plataforma Mais Inglês com personalização e diversidade linguística para estudantes. *Seduc-MT*, Cuiabá, 7 maio 2025. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/w/seduc-atualiza-plataforma-mais-ingles-com-personaliza%C3%A7%C3%A3o-e-diversidade-lingu%C3%ADstica-para-estudantes>. Acesso em: 18 out. 2025.

MATOS, Rui. Governo de MT publica editais para seleção de estudantes e professores para intercâmbio em 2024. *Seduc-MT*, Cuiabá, 27 out. 2023. Disponível em: <https://www3.seduc.mt.gov.br/-/governo-de-mt-publica-editais-para-sele%C3%A7%C3%A3o-de-estudantes-e-professores-para-interc%C3%A2mbio-em-2024>. Acesso em: 18 out. 2025.

MONTAÑO, Carlos. *O terceiro setor e a questão social: crítica ao padrão emergente de intervenção social*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

PACHECO, Lucas. Como a plataforma Matific pode inovar no seu processo de ensino-aprendizagem. *Matific*, São Paulo, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://www.matific.com/bra/pt-br/home/blog/2022/03/28/como-plataforma-matific-pode-inovar-no-seu-processo-de-ensino-aprendizagem/>. Acesso em: 18 out. 2025.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser Gonçalves. Da administração pública burocrática à gerencial. In: PEREIRA, Luiz Carlos Bresser Gonçalves; SPINK, Peter Kevin (Org.). *Reforma do Estado e administração pública gerencial*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 237-270.

PERONI, Vera Maria Vidal. *Política educacional e o papel do Estado: no Brasil dos anos 1990*. São Paulo: Xamã, 2003.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A política recente de fundos para o financiamento da educação e seus efeitos no pacto federativo. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 28, n. 100, p. 877-897, out. 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302007000300012>

PLURALL. Sua escola digital sempre com você. *Plurall*, São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.plurall.net/>. Acesso em: 18 out. 2025.

REGULES, Luis Eduardo Patrone. *Terceiro Setor: regime jurídico das OSCIPs*. São Paulo: Método, 2006.

SANTOS, Alessandra Ferreira dos; MORAES, Eveline Ferreira; CASAGRANDE, Ana Lara. Política Educacional e Ensino Médio público: material didático do setor privado em Mato



Grosso. *Revista LES*, Teresina, v. 28, n. 57, 4379, maio 2024. Disponível em: [http://educ.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2526-84492024000200205&script=sci\\_arttext](http://educ.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2526-84492024000200205&script=sci_arttext). Acesso em: 18 out. 2025.

SOARES, Laís. Seduc realiza Aulões Itinerantes do Pré-Enem Digit@l MT a partir deste sábado (20). *Secom-MT*, Cuiabá, 20 set. 2025. <https://www.secom.mt.gov.br/web/seduc/w/seduc-realiza-aul%C3%B5es-itinerantes-do-pr%C3%A9-enem-digit-l-mt-a-partir-deste-s%C3%A1bado-20->. Acesso em: 18 out. 2025.

SOUZA, Sandra Zákia Lian de; OLIVEIRA, Romualdo Portela. de. Políticas de avaliação da educação e quase mercado no Brasil. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 84, p. 873-895, set. 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302003000300007>

### **Sobre as autoras:**

**Ana Lara Casagrande:** Pós-doutora, doutora e mestre em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp). Formada em Letras pela Unesp. Professora Adjunta da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Departamento de Ensino e Organização Escolar (Deoe). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFMT). Vice líder do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos sobre Tecnologias da Informação e Comunicação (Lêtece), vinculado ao Instituto de Educação da UFMT. **E-mail:** [ana.casagrande@ufmt.br](mailto:ana.casagrande@ufmt.br), **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0002-6912-6424>

**Alessandra Ferreira dos Santos:** Doutoranda e mestre em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso (PPGE/UFMT), Professora da rede Municipal de Primavera do Leste/Mato Grosso. **E-mail:** [alessandra.atacado@gmail.com](mailto:alessandra.atacado@gmail.com), **Orcid:** <https://orcid.org/0000-0003-4762-9669>

**Recebido em: 24/11/2025**

**Aprovado em: 24/11/2025**

